



MINUTA

PAD nº 6544/2019

*(Pré-requisitos à assinatura do contrato – verificar subitem - 4.1)
(Setor demandante definir o prazo total de entrega na fase do pedido)*

Anexo X

CONTRATO DE FORNECIMENTO E GARANTIA que
entre si fazem o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**
DO PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/1993 e legislações pertinentes, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação Nº 30/2019 sob a forma de Registro de Preços, Pregão Eletrônico –SRP nº. e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº6544/2019, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas,

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Bairro: Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41)3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº., com sede na Cidade/UF: CEP: telefone: e-mail: neste ato representada por portador do CPF/MF nº., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a Garantia de empresa especializada para a instalação, certificação e documentação de cabeamento

estruturado, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência- anexo I, e demais anexos do Edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

2.1 - Os serviços compreendem:

- a) Instalação, certificação, documentação e garantia dos serviços de cabeamento horizontal e vertical;
- b) Lançamento, fusão e certificação de link óptico;
- c) Construção de infraestrutura para acomodação do cabeamento;
- d) Identificação dos pontos instalados e documentação completa da obra;
- e) Remoção do cabeamento e infraestrutura defasados.

2.2 – A presente contratação será realizada por lote único, em função da necessidade de que todos os materiais fornecidos para a execução dos serviços de cabeamento, tanto óptico quanto metálico, sejam de um único fabricante, compondo a solução de conectividade. Esta exigência visa uma melhor performance elétrica e óptica, uma perfeita compatibilidade entre os diversos componentes, bem como uma garantia estendida de 25 anos para todo o sistema de cabeamento instalado.

2.3 – O Lote 01 é composto pelos itens 01 a 13, conforme características e especificações a seguir:

Lote	Item	Descrição	Qtde (cfe o pedido)	Código siasg
1	1	Projeto Executivo		1368-4
	2	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III		2709-0
	3	Ponto de Consolidação cat.6 conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III		2709-0
	4	Enlace para Cross Connect cat.6A F/UTP		2709-0

	conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória anexo III		
5	Infraestrutura para ponto de rede Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III		2709-0
6	Infraestrutura para ponto de consolidação conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III		2709-0
7	Infraestrutura para link óptico conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III		2709-0
8	Ponto de concentração de cabeamento – Tipo I conforme descrição técnica no anexo II		2709-0
9	Ponto de concentração de cabeamento – Tipo II conforme descrição técnica no anexo II		2709-0
10	Link óptico em cabo com 6 fibras monomodo conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória anexo III		2709-0
11	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo II conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III		2709-0
12	Patch Panel descarregado conforme descrição técnica no anexo II		2709-0
13	Infraestrutura para ponto de rede Tipo II conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III		2709-0

2.3.1 - Considerando que a presente contratação tem como objetivo possibilitar ampliações/readequações da rede, bem como dar continuidade ao processo de substituição do cabeamento estruturado em uso neste Tribunal, os materiais devem ser da marca Furukawa, posto que já foi efetuada a substituição do cabeamento de todo o edifício Sede deste TRE e Fórum eleitoral da capital e desta forma serão atendidos os requisitos de compatibilidade elencados item no 4.3.1.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA

3.1 - Cabos e demais componentes da solução: os materiais que compõem a solução (cabos, conectores, painéis, etc), deverão ser cobertos por garantia de 25 (vinte e cinco) anos, assegurando assim a performance da rede instalada por este período, a contar da data do recebimento definitivo.

3.2 - Serviços de instalação de cabeamento: os seguintes requisitos devem ser observados com relação à garantia dos serviços prestados:

- a) A garantia para todos os materiais e serviços fornecidos deve ser total durante 3 (três) anos, a contar da data de aceitação final;
- b) Durante o período de garantia as despesas decorrentes do serviço de manutenção das instalações são de inteira responsabilidade da Contratada;
- c) Durante o período de garantia não estão cobertos os danos causados por mau uso ou vandalismo contra os produtos instalados.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - A documentação abaixo foi apresentada pela empresa contratada e aceita pelo gestor do contratação, passando a fazer parte integrante deste instrumento contratual:

- a) Indicação dos engenheiros integrantes da equipe técnica de nível superior (Anexo IV), dentre os quais deverá constar, obrigatoriamente, o responsável técnico informado no item 9.3.4 do edital.
- b) Indicação dos profissionais técnicos que serão alocados para a execução da obra comprovando sua capacitação técnica para a execução do serviço especificado e também ser do quadro permanente da empresa, conforme modelo do Anexo V, desta especificação técnica.
- c) Declaração do profissional técnico de nível superior, tomando ciência das condições constantes na especificação técnica dos serviços conforme modelo do anexo VI.
- d) Documentação Técnica Obrigatória constante no Anexo III.

4.2 - Todos os materiais referenciados neste Termo de Referência deverão estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, validade, fabricante, importador, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

4.3 - Todos os materiais utilizados, sem exceção, deverão ser sempre novos e de primeiro uso, estar em plena conformidade com as especificações e normas a seguir descritas, de fabricação, uso e finalidades.

4.3.1 - Todos os materiais fornecidos para a execução dos serviços de cabeamento, tanto óptico quanto metálico, deverão ser de um único fabricante compondo a solução de conectividade. Desta forma, cabos de par trançado e ópticos, conectores, patch panels, blocos de conexão, patch cords, DIOS e cordões ópticos, deverão necessariamente ser de um mesmo fabricante. Esta exigência visa uma melhor performance elétrica e óptica, uma perfeita compatibilidade entre os diversos componentes, bem como uma **garantia estendida de 25 anos para todo o sistema de cabeamento instalado.**

4.3.2 - Para a execução de todo e qualquer serviço, caberá preliminarmente, à empresa contratada, a apresentação de um Projeto Lógico da Rede, com toda a infra-estrutura de distribuição, o qual deverá ser submetido para aprovação formal da equipe de suporte técnico da Seção de Rede do TRE-PR, permitindo que as alterações que sejam necessárias sejam providenciadas antes do início das obras civis.

4.3.2.1 - Tanto a aprovação quanto qualquer alteração será feita através de documentos encaminhados à empresa responsável pelos projetos, com cópia para Unidade de Infra Estrutura do TRE-PR. As plantas deverão ser fornecidas impressas e em formato eletrônico (DWG) compatível com Autocad R14.

4.3.3 – Todo o serviço de cabeamento deverá estar de acordo com as normas internacionais que regem os serviços de cabeamento, abaixo relacionadas:

- a) TIA/EIA 568-C, padrões de cabeamento de telecomunicações em edifícios comerciais.
- b) TIA/EIA 569-B, normas de construção comercial para espaços e percursos de telecomunicações.
- c) TIA/EIA 606-A, especificações da administração e identificação dos sistemas de cabeamento estruturado.
- d) TIA 942, padrões de cabeamento de telecomunicações em Data Centers.

4.3.4 – Cabe à Contratada o correto dimensionamento das quantidades adequadas de materiais para a composição de cada item, ficando responsável pelo fornecimento de quaisquer materiais adicionais que se façam necessários a execução do serviço.

4.4 - Após a execução de toda e qualquer atividade, o local deverá estar em perfeito estado de acabamento, sendo de responsabilidade da empresa que executar o serviço efetuar qualquer conserto que se faça necessário em função de avarias provocadas durante o mesmo, podendo ser estes de alvenaria, marcenaria, carpintaria, forro, pintura, etc.

4.5 – Os pontos de rede (rack, infraestrutura, cabos e conectores) existentes e que vierem a ser substituídos, deverão ser removidos ao final das instalações dos itens contratados.

4.6 - Do Recebimento

4.6.1 - Prazo de Execução dos serviços: para todos os serviços de cabeamento, deverão ser respeitados os prazos abaixo (letras “a”, “b” e “b.1”), tanto para entrega de materiais como para a execução dos serviços:

a) Tabela 01

Item	Descrição	Prazo de entrega dos materiais	Prazo para execução dos serviços
1	Projeto executivo	-	10 dias

2	Ponto de rede de dados Cat.6 Tipo I	5 dias	Vide tabela 2
3	Ponto de Consolidação Cat.6	5 dias	9 dias
4	Enlace para Cross connect cat.6A F/UTP	5 dias	8 dias
5	Infraestrutura para ponto de rede	5 dias	9 dias
6	Infraestrutura para ponto de consolidação	5 dias	8 dias
7	Infraestrutura para link óptico	5 dias	8 dias
8	Ponto de concentração de cabeamento	5 dias	10 dias
9	Ponto de concentração de cabeamento	5 dias	10 dias
10	Link óptico em cabo com 6 fibras monomodo.	5 dias	8 dias
11	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo II	5 dias	Vide tabela 2
12	Patch Panel descarregado	5 dias	2 dias
13	Infraestrutura para ponto de rede Tipo II	5 dias	10 dias

- b) Tabela 02 - Prazos para execução da atividade de instalação de pontos de rede de dados cat 6 (tipo I e II):

Quantidade de Pontos	Prazo para execução dos serviços
Até 10 pontos	8 dias
De 11 a 30 pontos	15 dias
De 31 a 60 pontos	25 dias

- b.1) O prazo para execução da atividade de instalação de pontos de rede de dados cat 6 que contemplarem acima de 60 pontos de rede serão acordados, caso a caso, com a equipe técnica da Seção de Rede.

4.6.2 - Local de entrega e execução dos serviços:

Nº ZE / Unidade	Cidade	Endereço (Logradouro – Bairro – CEP)
TRE	CURITIBA	RUA JOÃO PAROLIN, 224 - PRADO VELHO - 80220902
8	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	RUA ANGELO ZEN, 53 - CENTRO - 83005620
9	CAMPO LARGO	AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA GARRET, 1345 - CENTRO - 83601230
49	COLOMBO	RUA FRANCISCO CAMARGO, 759 - CENTRO - 83414010
50	ARAUCÁRIA	RUA FRANCISCO DRANKA, 1079 - PORTO DAS LARANJEIRAS - 83703115

Nº ZE / Unidade	Cidade	Endereço (Logradouro – Bairro – CEP)
144	FAZENDA RIO GRANDE	RUA ITÁLIA, 319 - NACÇÕES - 83823020
171	ALMIRANTE TAMANDARE	RUA LOURENÇO ÂNGELO BUZATO, 752 - VILA SANTA TEREZINHA - 83501080
188	PINHAIS	RUA ÁFRICA, 254 - CENTRO - 83323320
48	BOCAIUVA DO SUL	RUA LUIZ CARLOS GUIMARÃES POLLI, 21 - JARDIM SANTA HELENA - 83450000
155	PIRAQUARA	AVENIDA GETULIO VARGAS, 1360 - CENTRO - 83301010
156	RIO BRANCO DO SUL	RUA BORGES DE MEDEIROS, S/N - VILA VELHA - 83540000
195	CAMPINA GRANDE DO SUL	RUA VER. DR. PEDRO DE BORTOLI, 260 - CENTRO - 83430000

4.6.2.1 – A execução dos serviços deverá ser feita mediante agendamento prévio com a Seção de Rede, telefone: (41) 3330-8628, respeitando os prazos descritos no item anterior.

4.6.3 - Os produtos serão objeto de inspeção, que será realizada por amostragem ou em sua totalidade, por técnico da Seção de Rede do TRE-PR e constará das seguintes fases:

- a) Abertura das embalagens;
- b) Comprovação de que o produto atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas oferecidas pela CONTRATADA;
- c) Colocação do produto em funcionamento (quando aplicável);
- d) Teste do produto;

4.6.3.1 - O período de inspeção será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega do produto.

4.6.3.2 - Nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de mau funcionamento do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de realização da inspeção.

4.6.4 - Findo o prazo de inspeção (conforme item 4.6.3.1) e comprovada a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, será realizado o RECEBIMENTO PARCIAL do solicitado.

4.6.5 - Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

4.6.6 - Critérios de aceitação do objeto:

- a) Somente serão recebidos materiais de procedência estrangeira quando acompanhados de informações corretas e claras sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

b) Verificação das embalagens, conforme item 4.6.8.a deste Termo de Referência.

4.6.7 – Da sustentabilidade: a Contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

a) recolher todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, responsabilizando-se pelo descarte ecologicamente correto do mesmo, nos termos da legislação ambiental vigente (municipal ou estadual);

4.6.8 - Além das especificadas anteriormente, são obrigações da contratada:

a) Todos os materiais deverão ser entregues em embalagens originais do fabricante, com todas as informações intactas e, quando aplicável, estas deverão manter o lacre do fabricante.

b) Entregar ao gestor a listagem com os dados dos funcionários para fins de trabalho dentro do TRE-PR.

c) Manter os empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências do CONTRATANTE, devidamente identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser fornecido pela CONTRATADA.

c) Responder por quaisquer danos ou avarias causados por seus empregados ou prepostos ao patrimônio da Contratante, bem como pelo desaparecimento dos mesmos, enquanto estiverem sob sua responsabilidade; responderá também por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nas dependências do contratante.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como responsabilizar-se pelos encargos sociais e trabalhistas e tributos de quaisquer espécies, incidentes ao objeto desta contratação.

f) "Emitir e recolher, em até 10 (dez) dias a partir da assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/PR, conforme legislação vigente, e apresentar ao gestor do contrato."

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

(prazo de vigência a ser definido na fase do pedido pelo setor demandante)

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de (...) meses , a partir da data de sua assinatura, de a, podendo ser rescindido antecipadamente, nos termos da Lei 8666/93.

5.2 – No prazo de vigência não está computado o prazo de Garantia técnica que deverá der cumprida nos prazos e condições estabelecidos no edital, no termo de referência anexo I e no contrato, independentemente do prazo de vigência contratual.

5.3 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento

e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimento e garantia contratual.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos destinados à execução do presente contrato correrão conforme abaixo:

Programa de Trabalho:

Nota de empenho:, emitida em

Elemento de despesa:

Categoria Econômica:

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de R\$.....(.....), conforme a seguir discriminado:

(adequar conforme solicitado no pedido)

Lote	Item	Descrição	Qtde	Preço unitário R\$	Preço total R\$
1	1	Projeto Executivo			
	2	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III			
	3	Ponto de Consolidação cat.6 conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
	4	Enlace para Cross Connect cat.6A F/UTP conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória anexo III			
	5	infraestrutura para ponto de rede Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
	6	infraestrutura para ponto			

	de consolidação conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
7	infraestrutura para link óptico conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
8	Ponto de concentração de cabeamento – Tipo I conforme descrição técnica no anexo II			
9	Ponto de concentração de cabeamento – Tipo II conforme descrição técnica no anexo II			
10	Link óptico em cabo com 6 fibras monomodo conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória anexo III			
11	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo II conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III			
12	Patch Panel descarregado			
13	infraestrutura para ponto de rede Tipo II conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III			

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail (redes@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná. Contato pelos telefones (41) 3330-8628 ou (41) 3330-8629, no período vespertino.

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.1.3 - Outras especificações necessárias às notas fiscais:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ correto do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1. - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.2.2.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93

7.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas

fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2

7.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

7.3.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4. – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC 116/2003 e LC 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art. 6º da LC 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

9.1 - O fornecimento e a execução dos serviços serão acompanhados pelo Chefe da Seção de Rede e seu substituto, que serão os fiscais da contratação.

9.1.1 - O fiscal verificará as condições de recebimento do material, assim como a correta e completa execução dos serviços.

9.1.2 – Os gestores serão servidores do quadro deste Regional, devidamente designados.

9.2 – Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá ao fiscal:

- a) Receber e atestar a nota fiscal/fatura dos serviços, de acordo com o prazo contratual, encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento.
- b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.
- c) Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, a necessidade de solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontrados na execução do objeto, e fixar prazo para cumprimento.
- d) Receber os serviços firmando o termo com a empresa.

9.3 – Caberá aos gestores:

- a) Orientar o fiscal da contratação.
- b) Realizar adequações ao objeto contratual, eventualmente necessárias.
- c) Se a inexecução, citada no subitem 9.2.c persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail enviado pelo fiscal, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA.
- d) Contatar a empresa a fim de agendar o início e horário dos serviços, informando se será autorizada, também, a execução do serviço na parte da manhã.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e artigo 7º da lei 10520/2002:

- a) Advertência.
- b) Multas (serão aplicadas tendo como base de cálculo o “valor do item empenhado e inadimplido”):
 - b.1) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega dos materiais ou na execução dos serviços, limitado a 30 (trinta) dias.
 - b.1.1) A partir do 31º dia, somente poderão ser recebidos os materiais ou executados os serviços com a anuência motivada do gestor, sem prejuízo da aplicação de multa de 15% (quinze por cento).
 - b.2) Multa de 5% (cinco por cento) sobre eventual inadimplemento a outras obrigações pactuadas.
- c) Multas (serão aplicadas tendo como base de cálculo o valor total do contrato):
 - c.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, bem como pelo descumprimento na prestação da garantia pelo prazo previsto em contrato.
 - c.2) 10%(dez) sobre o valor total do contrato, no caso de entrega material ou execução do serviço em desacordo com o contratado, sem a devida

substituição/refazimento do serviço, bem como qualquer descumprimento não especificado acima ou reincidência de qualquer descumprimento.

c.3) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega dos materiais e execução dos serviços até o prazo final estabelecido pelo gestor.

d) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.1.1 - As sanções previstas na Cláusula décima, nas alíneas “a” e “d”, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

10.2 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

10.3 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 – Ficarà o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

11.2 – Será também causa de rescisão a alocação de funcionários pela CONTRATADA, para o desempenho dos serviços que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, conforme artigo 3º da Resolução 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

¹ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba/PR para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos legais pertinentes.

Curitiba, de de 2019.

Representante Legal
P/CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/CONTRATANTE

* Anexar:

Anexo II - Identificação dos Pontos de Rede e Descrição dos Itens

Anexo VIII – Proposta detalhada